SUMÁRIO

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 – REGISTROS PÚBLICOS 21

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 23
   - 1.1 DAS ATRIBUIÇÕES 23
   - 1.2 DA ESCRITURAÇÃO 23
   - 1.3 DA ORDEM DO SERVIÇO 24
   - 1.4 DA PUBLICIDADE 26
   - 1.5 DA CONSERVAÇÃO 28
   - 1.6 DA RESPONSABILIDADE 29
2. DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 29
   - 2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 29
   - 2.2 DA ESCRITURAÇÃO E ORDEM DO SERVIÇO 32
   - 2.3 DAS PENALIDADES 34
   - 2.4 DO NASCIMENTO 35
   - 2.5 DA HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO 41
   - 2.6 DO CASAMENTO 43
   - 2.7 DO REGISTRO DO CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS 44
   - 2.8 DO CASAMENTO EM IMINENTE RISCO DE VIDA 45
   - 2.9 DO ÓBITO 46
   - 2.10 DA EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA 48
   - 2.11 DA AVERBAÇÃO 49
   - 2.12 DAS ANOTAÇÕES 51
   - 2.13 DAS RETIFICAÇÕES, RESTAURAÇÕES E SUPRIMENTOS 52
3. DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 53
   - 3.1 DA ESCRITURAÇÃO 53
   - 3.2 DA PESSOA JURÍDICA 54
   - 3.3 DO REGISTRO DE JORNAIS, OFICINAS IMPRESSORAS, EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS 55
4. DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 56
   - 4.1 DAS ATRIBUIÇÕES 56
   - 4.2 DA ESCRITURAÇÃO 58
   - 4.3 DA TRANSCRIÇÃO E DA AVERBAÇÃO 59
   - 4.4 DA ORDEM DO SERVIÇO 59
   - 4.5 DO CANCELAMENTO 62
5. DO REGISTRO DE IMÓVEIS 62
   - 5.1 DAS ATRIBUIÇÕES 62
   - 5.2 DA ESCRITURAÇÃO 67
   - 5.3 DO PROCESSO DE REGISTRO 72
   - 5.4 DAS PESSOAS 86
   - 5.5 DOS TÍTULOS 86
   - 5.6 DA MATRÍCULA 88
   - 5.7 DO REGISTRO 90
   - 5.8 DA AVERBAÇÃO E DO CANCELAMENTO 92
   - 5.9 DO BEM DE FAMÍLIA 95
   - 5.10 DA REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO 96
   - 5.11 DO REGISTRO *TORRENS* 96
6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 98

LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – LEI DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA 101

1. DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES 103
2. DA ORDEM DOS SERVIÇOS 104
3. DA DISTRIBUIÇÃO 105
4. DA APRESENTAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO 105
5. DO PRAZO 107
6. DA INTIMAÇÃO 107
7. DA DESISTÊNCIA E SUSTAÇÃO DO PROTESTO 108
8. DO PAGAMENTO 109
9. DO REGISTRO DO PROTESTO 109
10. DAS AVERBAÇÕES E DO CANCELAMENTO 111
11. DAS CERTIDÕES E INFORMAÇÕES DO PROTESTO 113
12. DOS LIVROS E ARQUIVOS 114
13. DOS EMOLUMENTOS 115
14. DISPOSIÇÕES FINAIS 115

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – LEI DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES 117

1. DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS 119
   1.1 NATUREZA E FINS 119
2. DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES 119
   2.1 DOS TITULARES 119
   2.2 DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS NOTÁRIOS 119
   2.3 DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS OFICIAIS DE REGISTROS 122
3. DO INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO 122
4. DOS PREPOSTOS 123
5. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL 125
6. DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS 126
7. DOS DIREITOS E DEVERES 126
8. DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES E DAS PENALIDADES 127
9. DA FISCALIZAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO 128
10. DA EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO 128
11. DA SEGURIDADE SOCIAL 128
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 129
13. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS 130

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 – LEI DOS EMOLUMENTOS 133

LEI Nº 7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985 – LEI DA ESCRITURA PÚBLICA 137

DECRETO Nº 93.240, DE 9 DE SETEMBRO DE 1986 – REGULAMENTA A LEI DA ESCRITURA PÚBLICA 141

PROVIMENTO Nº 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023 – CÓDIGO NACIONAL DE NORMAS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – FORO EXTRAJUDICIAL (CNN/CN/CNJ-EXTRA) 145

1. PARTE GERAL 147
   1.1 DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO 147
      1.1.1 Das Atribuições 147
      1.1.2 Da Organização na Prestação dos Serviços 160
      1.1.3 Dos Interinos e dos Prepostos 162
      1.1.4 Do Delegatário 170
      1.1.5 Da Outorga de Delegação 171
      1.1.6 Da Proteção de Dados Pessoais 173
      1.1.7 Do Regime Disciplinar 187
   1.2 DA INTERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL 187
      1.2.1 Do Fornecimento de Informações 187
      1.2.2 Da Prevenção de Crimes 187
      1.2.3 Da Interação com Órgãos e Entes Públicos 204
   1.3 DO ACERVO DAS SERVENTIAS 205
      1.3.1 Dos Livros 205
      1.3.2 Da Conservação de Documentos 208
      1.3.3 Do Extravio ou Danificação do Acervo 208
   1.4 DA ORGANIZAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS 213
      1.4.1 Das Normas Gerais 213
      1.4.2 Dos Sistemas Digitais dos Serviços 213
   1.5 DOS EMOLUMENTOS NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS 257
      1.5.1 Das Normas Gerais 257
      1.5.2 Das Normas Específicas 258
   1.6 DE OUTRAS REGRAS COMUNS ÀS ESPECIALIDADES 258
      1.6.1 Dos Títulos 258
2. PARTE ESPECIAL 259
   2.1 DO TABELIONATO DE PROTESTO 259
      2.1.1 Das Disposições Gerais 259
      2.1.2 Dos Emolumentos do Procedimento de Protesto 264
      2.1.3 Das Atribuições dos Tabelionatos de Protestos 265
      2.1.4 Dos Títulos e Documentos de Dívida em Espécie 268
   2.2 DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS 271
      2.2.1 Do Registro de Títulos e Documentos 271
   2.3 DO REGISTRO DE IMÓVEIS 271
      2.3.1 Das Disposições Específicas 271
   2.4 DO TABELIONATO DE NOTAS 294
      2.4.1 Das Disposições Específicas 294
   2.5 DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 296
      2.5.1 Das Disposições Gerais 296
      2.5.2 Das Disposições Específicas 304

DIREITO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB) – DECRETO-LEI Nº 4.657/1942 335

PARTE GERAL 345

1. DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE DAS PESSOAS NATURAIS 347
2. DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 348
3. DA AUSÊNCIA 351
   - 3.1 DA CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE 351
   - 3.2 DA SUCESSÃO PROVISÓRIA 351
   - 3.3 DA SUCESSÃO DEFINITIVA 352
4. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS PESSOAS JURÍDICAS 353
5. DAS ASSOCIAÇÕES 355
6. DAS FUNDAÇÕES 356
7. DO DOMICÍLIO 357
8. DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS 357
   - 8.1 DOS BENS IMÓVEIS 357
   - 8.2 DOS BENS MÓVEIS 358
   - 8.3 DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS 358
   - 8.4 DOS BENS DIVISÍVEIS 358
   - 8.5 DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS 358
9. DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS 358
10. DOS BENS PÚBLICOS 359
11. DO NEGÓCIO JURÍDICO 359
    - 11.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 359
    - 11.2 DA REPRESENTAÇÃO 360
    - 11.3 DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO 361
    - 11.4 DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO 363
    - 11.5 DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO 365
12. DOS ATOS ILÍCITOS 367
13. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA 368
    - 13.1 DA PRESCRIÇÃO 368
    - 13.2 DA DECADÊNCIA 370
14. DA PROVA 370

DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES 373

1. DAS OBRIGAÇÕES DE DAR 375
   - 1.1 DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA 375
   - 1.2 DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA 376
2. DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER 376
3. DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER 376
4. DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS 377
5. DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS 378
6. DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS 378
   - 6.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 378
   - 6.2 DA SOLIDARIEDADE ATIVA 378
   - 6.3 DA SOLIDARIEDADE PASSIVA 379
7. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES 380
   - 7.1 DA CESSÃO DE CRÉDITO 380
   - 7.2 DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA 381
8. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 382
   - 8.1 DO PAGAMENTO 382
     - 8.1.1 De Quem Deve Pagar 382
     - 8.1.2 Daqueles a Quem se Deve Pagar 382
     - 8.1.3 Do Objeto do Pagamento e sua Prova 382
     - 8.1.4 Do Lugar do Pagamento 383
     - 8.1.5 Do Tempo do Pagamento 383
   - 8.2 DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO 384
   - 8.3 DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO 385
   - 8.4 DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO 386
   - 8.5 DA DAÇÃO EM PAGAMENTO 387
   - 8.6 DA NOVAÇÃO 387
   - 8.7 DA COMPENSAÇÃO 389
   - 8.8 DA CONFUSÃO 390
   - 8.9 DA REMISSÃO DAS DÍVIDAS 390
9. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES 391
   - 9.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 391
   - 9.2 DA MORA 392
   - 9.3 DAS PERDAS E DANOS 392
   - 9.4 DOS JUROS LEGAIS 393
   - 9.5 DA CLÁUSULA PENAL 395
   - 9.6 DAS ARRAS OU SINAL 396

DIREITO DOS CONTRATOS 397

1. DOS CONTRATOS EM GERAL 399
   - 1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 399
   - 1.2 DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS 399
   - 1.3 DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO 400
   - 1.4 DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO 401
   - 1.5 DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS 401
   - 1.6 DA EVICÇÃO 402
   - 1.7 DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS 402
   - 1.8 DO CONTRATO PRELIMINAR 403
   - 1.9 DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR 403
2. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO 404
   - 2.1 DO DISTRATO 404
   - 2.2 DA CLÁUSULA RESOLUTIVA 404
   - 2.3 DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO 405
   - 2.4 DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA 405
3. DA COMPRA E VENDA 405
   - 3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 405

3.2 DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA 408
3.2.1 Da Retrovenda 408
3.2.2 Da Venda a Contento e da Sujeita a Prova 409
3.2.3 Da Preempção ou Preferência 409
3.2.4 Da Venda com Reserva de Domínio 410
3.2.5 Da Venda Sobre Documentos 411
4. DA TROCA OU PERMUTA 411
5. DO CONTRATO ESTIMATÓRIO 412
6. DA DOAÇÃO 412
6.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 412
6.1.1 Da Revogação da Doação 414
7. DA LOCAÇÃO DE COISAS 414
8. DO EMPRÉSTIMO 416
8.1 DO COMODATO 416
8.2 DO MÚTUO 417
9. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 417
10. DA EMPREITADA 418
11. DO DEPÓSITO 420
11.1 DO DEPÓSITO VOLUNTÁRIO 420
11.2 DO DEPÓSITO NECESSÁRIO 421
12. DO MANDATO 422
12.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 422
12.2 DAS OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO 423
12.3 DAS OBRIGAÇÕES DO MANDANTE 424
12.4 DA EXTINÇÃO DO MANDATO 424
12.5 DO MANDATO JUDICIAL 425
13. DA COMISSÃO 425
14. DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO 427
15. DA CORRETAGEM 427
16. DO TRANSPORTE 428
16.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 428
16.2 DO TRANSPORTE DE PESSOAS 428
16.3 DO TRANSPORTE DE COISAS 429
17. DO SEGURO 430
17.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 430
17.2 DO SEGURO DE DANO 431
17.3 DO SEGURO DE PESSOA 432
18. DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA 433
19. DO JOGO E DA APOSTA 434
20. DA FIANÇA 435
20.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 435
20.2 DOS EFEITOS DA FIANÇA 435
20.3 DA EXTINÇÃO DA FIANÇA 436
21. DA TRANSAÇÃO 436
22. DO COMPROMISSO 438
23. DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS 438
24. DA PROMESSA DE RECOMPENSA 439
25. DA GESTÃO DE NEGÓCIOS 439
26. DO PAGAMENTO INDEVIDO 440
27. DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA 441

RESPONSABILIDADE CIVIL 443

1. DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR 445
2. DA INDENIZAÇÃO 446

DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS 449

1. DAS PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS 451

DIREITO DAS COISAS 453

1. DA POSSE 455
1.1 DA POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO 455
1.2 DA AQUISIÇÃO DA POSSE 455
1.3 DOS EFEITOS DA POSSE 456
1.4 DA PERDA DA POSSE 457
2. DOS DIREITOS REAIS 457
2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 457
3. DA PROPRIEDADE 457
3.1 DA PROPRIEDADE EM GERAL 457
3.1.1 Disposições Preliminares 457
3.1.2 Da Descoberta 458
4. DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL 458
4.1 DA USUCAPIÃO 458
4.2 DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO 459
4.3 DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO 460
4.3.1 Das Ilhas 460
4.3.2 Da Aluvião 460
4.3.3 Da Avulsão 460
4.3.4 Do Álveo Abandonado 460
4.3.5 Das Construções e Plantações 460
5. DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL 461
5.1 DA USUCAPIÃO 461
5.2 DA OCUPAÇÃO 461
5.3 DO ACHADO DO TESOURO 461
5.4 DA TRADIÇÃO 462
5.5 DA ESPECIFICAÇÃO 462
5.6 DA CONFUSÃO, DA COMISSÃO E DA ADJUNÇÃO 462
6. DA PERDA DA PROPRIEDADE 463
7. DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA 463
7.1 DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE 463
7.2 DAS ÁRVORES LIMÍTROFES 463
7.3 DA PASSAGEM FORÇADA 463
7.4 DA PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES 464
7.5 DAS ÁGUAS 464

7.6 DOS LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DO DIREITO DE TAPAGEM ... 465
7.7 DO DIREITO DE CONSTRUIR ... 465

8. DO CONDOMÍNIO GERAL ... 467
8.1 DO CONDOMÍNIO VOLUNTÁRIO ... 467
8.1.1 Dos Direitos e Deveres dos Condôminos ... 467
8.1.2 Da Administração do Condomínio ... 468
8.2 DO CONDOMÍNIO NECESSÁRIO ... 468

9. DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO ... 469
9.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 469
9.2 DA ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO ... 472
9.3 DA EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO ... 474
9.4 DO CONDOMÍNIO DE LOTES ... 474

10. DO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE ... 474
10.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 474
10.2 DA INSTITUIÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE ... 475
10.3 DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO MULTIPROPRIETÁRIO ... 476
10.4 DA TRANSFERÊNCIA DA MULTIPROPRIEDADE ... 477
10.5 DA ADMINISTRAÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE ... 477
10.6 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS ÀS UNIDADES AUTÔNOMAS DE CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS ... 478

11. DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL ... 480
12. DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA ... 480
13. DO FUNDO DE INVESTIMENTO ... 481
14. DA SUPERFÍCIE ... 482
15. DAS SERVIDÕES ... 483
15.1 DA CONSTITUIÇÃO DAS SERVIDÕES ... 483
15.2 DO EXERCÍCIO DAS SERVIDÕES ... 484
15.3 DA EXTINÇÃO DAS SERVIDÕES ... 484

16. DO USUFRUTO ... 485
16.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 485
16.2 DOS DIREITOS DO USUFRUTUÁRIO ... 485
16.3 DOS DEVERES DO USUFRUTUÁRIO ... 486
16.4 DA EXTINÇÃO DO USUFRUTO ... 486

17. DO USO ... 487
18. DA HABITAÇÃO ... 487
19. DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR ... 487
20. DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE ... 487
20.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 487
20.2 DO PENHOR ... 489
20.2.1 Da Constituição do Penhor ... 489
20.2.2 Dos Direitos do Credor Pignoratício ... 489
20.2.3 Das Obrigações do Credor Pignoratício ... 490
20.2.4 Da Extinção do Penhor ... 490
20.3 DO PENHOR RURAL ... 490
20.4 DO PENHOR AGRÍCOLA ... 491
20.5 DO PENHOR PECUÁRIO ... 491
20.6 DO PENHOR INDUSTRIAL E MERCANTIL ... 492
20.7 DO PENHOR DE DIREITOS E TÍTULOS DE CRÉDITO ... 492
20.8 DO PENHOR DE VEÍCULOS ... 494
20.9 DO PENHOR LEGAL ... 494
20.10 DA HIPOTECA ... 495
20.10.1 Disposições Gerais ... 495
20.10.2 Da Hipoteca Legal ... 498
20.10.3 Do Registro da Hipoteca ... 498
20.10.4 Da Extinção da Hipoteca ... 499
20.10.5 Da Hipoteca de Vias Férreas ... 500
20.11 DA ANTICRESE ... 500

21. DA LAJE ... 501

DIREITO DE FAMÍLIA ... 503

1. DO CASAMENTO ... 505
1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 505
1.2 DA CAPACIDADE PARA O CASAMENTO ... 505
1.3 DOS IMPEDIMENTOS ... 505
1.4 DAS CAUSAS SUSPENSIVAS ... 506
1.5 DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO ... 506
1.6 DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO ... 507
1.7 DAS PROVAS DO CASAMENTO ... 509
1.8 DA INVALIDADE DO CASAMENTO ... 509
1.9 DA EFICÁCIA DO CASAMENTO ... 511
1.10 DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL ... 512
1.11 DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS ... 515

2. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO ... 516
2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 516
2.2 DA FILIAÇÃO ... 517
2.3 DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS ... 518
2.4 DA ADOÇÃO ... 519
2.5 DO PODER FAMILIAR ... 520
2.5.1 Disposições Gerais ... 520
2.5.2 Do Exercício do Poder Familiar ... 520
2.5.3 Da Suspensão e Extinção do Poder Familiar ... 520

3. DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES ... 521
3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS ... 521
3.2 DO PACTO ANTENUPCIAL ... 524
3.3 DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL ... 525
3.4 DO REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL ... 526
3.5 DO REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS ... 526
3.6 DO REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS ... 528

4. DO USUFRUTO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DE FILHOS MENORES ... 528
5. DOS ALIMENTOS ... 529
6. DO BEM DE FAMÍLIA ... 531

7. DA UNIÃO ESTÁVEL 532
8. DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA 533
8.1 DA TUTELA 533
8.1.1 Dos Tutores 533
8.1.2 Dos Incapazes de Exercer a Tutela 534
8.1.3 Da Escusa dos Tutores 534
8.1.4 Do Exercício da Tutela 534
8.1.5 Dos Bens do Tutelado 536
8.1.6 Da Prestação de Contas 537
8.1.7 Da Cessão da Tutela 537
8.2 DA CURATELA 537
8.2.1 Dos Interditos 537
8.2.2 Da Curatela do Nascituro e do Enfermo ou Portador de Deficiência Física 538
8.2.3 Do Exercício da Curatela 538
8.3 DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA 539

DIREITO DAS SUCESSÕES 541

1. DA SUCESSÃO EM GERAL 543
1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 543
1.2 DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO 544
1.3 DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA 545
1.4 DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA 546
1.5 DOS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO 548
1.6 DA HERANÇA JACENTE 549
1.7 DA PETIÇÃO DE HERANÇA 549
2. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA 550
2.1 DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA 550
2.2 DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS 552
2.3 DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO 553
3. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA 554
3.1 DO TESTAMENTO EM GERAL 554
3.2 DA CAPACIDADE DE TESTAR 554
3.3 DAS FORMAS ORDINÁRIAS DO TESTAMENTO 554
3.3.1 Das Disposições Gerais 554
3.3.2 Do Testamento Público 554
3.3.3 Do Testamento Cerrado 555
3.3.4 Do Testamento Particular 556
4. DOS CODICILOS 556
5. DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS 557
5.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 557
5.2 DO TESTAMENTO MARÍTIMO E DO TESTAMENTO AERONÁUTICO 557
5.3 DO TESTAMENTO MILITAR 557
6. DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS 558
7. DOS LEGADOS 560
7.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 560
7.2 DOS EFEITOS DO LEGADO E DO SEU PAGAMENTO 562
7.3 DA CADUCIDADE DOS LEGADOS 563
8. DO DIREITO DE ACRESCER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS 564
9. DAS SUBSTITUIÇÕES 565
9.1 DA SUBSTITUIÇÃO VULGAR E DA RECÍPROCA 565
9.2 DA SUBSTITUIÇÃO FIDEICOMISSÁRIA 565
10. DA DESERDAÇÃO 567
11. DA REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS 568
12. DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO 568
13. DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO 569
14. DO TESTAMENTEIRO 569
15. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA 570
15.1 DO INVENTÁRIO 570
15.2 DOS SONEGADOS 571
15.3 DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS 571
15.4 DA COLAÇÃO 572
15.5 DA PARTILHA 573
15.6 DA GARANTIA DOS QUINHÕES HEREDITÁRIOS 575
15.7 DA ANULAÇÃO DA PARTILHA 575

LIVRO COMPLEMENTAR 577

1. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 579

DIREITO EMPRESARIAL PARTE I

DIREITO EMPRESARIAL NO CÓDIGO CIVIL 581

1. DO EMPRESÁRIO 583
1.1 DA CARACTERIZAÇÃO E DA INSCRIÇÃO 583
1.2 DA CAPACIDADE 584
2. DA SOCIEDADE 585
2.1 DISPOSIÇÕES EM GERAL 585
2.2 DA SOCIEDADE NÃO PERSONIFICADA 586
2.2.1 Da Sociedade em Comum 586
2.2.2 Da Sociedade em Conta de Participação 587
2.3 DA SOCIEDADE PERSONIFICADA 587
2.3.1 Da Sociedade Simples 587
2.4 DA SOCIEDADE EM NOME COLETIVO 593
2.5 DA SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES 593
2.6 DA SOCIEDADE LIMITADA 594
2.6.1 Disposições Preliminares 594
2.6.2 Das Quotas 595
2.6.3 Da Administração 595
2.6.4 Do Conselho Fiscal 596

2.6.5 Das Deliberações dos Sócios 597
2.6.6 Do Aumento e da Redução do Capital 599
2.6.7 Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios Minoritários 599
2.6.8 Da Dissolução 600
2.7 DA SOCIEDADE ANÔNIMA 600
2.7.1 Da Caracterização 600
2.8 DA SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES 600
2.9 DA SOCIEDADE COOPERATIVA 601
2.10 DAS SOCIEDADES COLIGADAS 602
2.11 DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE 602
2.12 DA TRANSFORMAÇÃO, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E DA CISÃO DAS SOCIEDADES ... 604
2.13 DA SOCIEDADE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO 605
2.13.1 Das Disposições Gerais 605
2.13.2 Da Sociedade Nacional 605
2.13.3 Da Sociedade Estrangeira 606
3. DO ESTABELECIMENTO 608
3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 608
4. DOS INSTITUTOS COMPLEMENTARES 609
4.1 DO REGISTRO 609
4.2 DO NOME EMPRESARIAL 610
4.3 DOS PREPOSTOS 612
4.3.1 Disposições Gerais 612
4.3.2 Do Gerente 612
4.3.3 Do Contabilista e Outros Auxiliares ... 612
4.3.4 Da Escrituração 612
5. TÍTULOS DE CRÉDITO NO CÓDIGO CIVIL 614
5.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 614
5.2 DO TÍTULO AO PORTADOR 617
5.3 DO TÍTULO À ORDEM 618
5.4 DO TÍTULO NOMINATIVO 619

DIREITO EMPRESARIAL PARTE II

DIREITO EMPRESARIAL NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL – TÍTULOS DE CRÉDITO .. 621

1. DUPLICATAS – LEI Nº 5.474/1968 623
1.1 DA FATURA E DA DUPLICATA 623
1.2 DA REMESSA E DA DEVOLUÇÃO DA DUPLICATA 623
1.3 DO PAGAMENTO DAS DUPLICATAS 623
1.4 DO PROTESTO 624
1.5 DO PROCESSO PARA COBRANÇA DA DUPLICATA 624
1.6 DAS DUPLICATAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 625
1.7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 625
2. CHEQUE – LEI Nº 7.357/1985 625
2.1 DA EMISSÃO E DA FORMA DO CHEQUE 625
2.2 DA TRANSMISSÃO 628
2.3 DO AVAL 629
2.4 DA APRESENTAÇÃO E DO PAGAMENTO 629
2.5 DO CHEQUE CRUZADO 630
2.6 DO CHEQUE PARA SER CREDITADO EM CONTA 631
2.7 DA AÇÃO POR FALTA DE PAGAMENTO 631
2.8 DA PRESCRIÇÃO 632
2.9 DOS CONFLITOS DE LEIS EM MATÉRIA DE CHEQUES 632
3. DUPLICATA SOB A FORMA ESCRITURAL – LEI Nº 13.775/2018 633
4. LETRA DE CÂMBIO – DECRETO Nº 2.044/2018 635
4.1 DA LETRA DE CÂMBIO 635
4.1.1 Do Saque 635
4.1.2 Do Endosso 635
4.1.3 Do Aceite 635
4.1.4 Do Aval 636
4.1.5 Do Vencimento 636
4.1.6 Do Pagamento 637
4.1.7 Da Intervenção 637
4.1.8 Dos Direitos e das Obrigações Cambiais 638
4.1.9 Da Ação Cambial 639
4.1.10 Da Prescrição da Ação Cambial 639
5. DA NOTA PROMISSÓRIA – DECRETO Nº 2.044/1908 639
5.1 DA EMISSÃO 639
5.2 DISPOSIÇÕES GERAIS 640
6. LETRAS DE CÂMBIO – DECRETO Nº 57.663/1966 (LEI UNIFORME) 640
6.1 DAS LETRAS 640
6.1.1 Da Emissão e Forma da Letra 640
6.2 DO ENDOSSO 641
6.3 DO ACEITE 642
6.4 DO AVAL 644
6.5 DO VENCIMENTO 644
6.6 DO PAGAMENTO 644
6.7 DA AÇÃO POR FALTA DE ACEITE E FALTA DE PAGAMENTO 645
6.8 DA INTERVENÇÃO 646
6.8.1 Disposições Gerais 646
6.8.2 Aceite por Intervenção 647
6.8.3 Pagamento por Intervenção 647
6.9 DA PRESCRIÇÃO 647
7. NOTAS PROMISSÓRIAS – DECRETO Nº 57.663/1966 (LEI UNIFORME) 648

DIREITO EMPRESARIAL PARTE III

DIREITO EMPRESARIAL NA LEGISLAÇÃO ESPECIAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL 649

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 651
2. DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA 651
   - 2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 651
   - 2.2 DA VERIFICAÇÃO E DA HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS 652
   - 2.3 DAS CONCILIAÇÕES E DAS MEDIAÇÕES ANTECEDENTES OU INCIDENTAIS AOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 654
   - 2.4 DO ADMINISTRADOR JUDICIAL E DO COMITÊ DE CREDORES 654
   - 2.5 DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES 657
3. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 658
   - 3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 658
   - 3.2 DO PEDIDO E DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 661
   - 3.3 DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 663
   - 3.4 DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 664
   - 3.5 DO FINANCIAMENTO DO DEVEDOR E DO GRUPO DEVEDOR DURANTE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL 668
   - 3.6 DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E DA CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL 669
   - 3.7 DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 670
   - 3.8 DA CONVOLAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA 670
4. DA FALÊNCIA 671
   - 4.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 671
   - 4.2 DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS 672
   - 4.3 DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO 673
   - 4.4 DO PROCEDIMENTO PARA A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA 673
   - 4.5 DA INABILITAÇÃO EMPRESARIAL, DOS DIREITOS E DEVERES DO FALIDO 676
   - 4.6 DA FALÊNCIA REQUERIDA PELO PRÓPRIO DEVEDOR 676
   - 4.7 DA ARRECADAÇÃO E DA CUSTÓDIA DOS BENS 676
   - 4.8 DOS EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR 677
   - 4.9 DA INEFICÁCIA E DA REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA 678
   - 4.10 DA REALIZAÇÃO DO ATIVO 680
   - 4.11 DO PAGAMENTO AOS CREDORES 682
   - 4.12 DO ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO 682
5. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL 683
6. DISPOSIÇÕES PENAIS 685
   - 6.1 DISPOSIÇÕES COMUNS 685
7. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 685

DIREITO TRIBUTÁRIO PARTE I

DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 687

1. DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 689
   - 1.1 DOS PRINCÍPIOS GERAIS 689
   - 1.2 DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR 691
2. DOS IMPOSTOS DA UNIÃO 694
3. DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 695
4. DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS 697
5. DO IMPOSTO DE COMPETÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS 698
6. DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS 702

DIREITO TRIBUTÁRIO PARTE II

DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 705

LIVRO PRIMEIRO – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL 707

1. DISPOSIÇÕES GERAIS 707
2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 707
   - 2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 707
   - 2.2 LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 708
   - 2.3 DISPOSIÇÕES ESPECIAIS 708
3. IMPOSTOS 708
   - 3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 708
   - 3.2 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL 708
   - 3.3 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA 709
   - 3.4 IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS 709
   - 3.5 IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA 710
   - 3.6 IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS 710
4. TAXAS 711
5. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 712

LIVRO SEGUNDO – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO 712

6. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 712
6.1 DISPOSIÇÕES GERAIS..... 712
6.1.1 Disposição Preliminar..... 712
6.1.2 Leis, Tratados e Convenções Internacionais e Decretos 712
6.1.3 Normas Complementares 713
6.2 VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 713
6.3 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.... 713
6.4 INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 714
7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 715
7.1 DISPOSIÇÕES GERAIS..... 715
7.2 FATO GERADOR..... 716
7.3 SUJEITO ATIVO..... 716
7.4 SUJEITO PASSIVO 717
7.4.1 Disposições Gerais..... 717
7.4.2 Solidariedade..... 717
7.4.3 Capacidade Tributária..... 718
7.4.4 Domicílio Tributário..... 718
7.5 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 718
7.5.1 Disposição Geral 718
7.5.2 Responsabilidade dos Sucessores 719
7.5.3 Responsabilidade de Terceiros..... 720
7.5.4 Responsabilidade por Infrações..... 720
8. CRÉDITO TRIBUTÁRIO 721
8.1 DISPOSIÇÕES GERAIS..... 721
8.2 CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO ... 722
8.2.1 Lançamento..... 722
8.2.2 Modalidades de Lançamento..... 723
8.3 SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 724
8.3.1 Disposições Gerais..... 724
8.3.2 Moratória..... 724
8.4 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 725
8.4.1 Modalidades de Extinção..... 725
8.4.2 Pagamento..... 725
8.4.3 Pagamento Indevido..... 726
8.4.4 Demais Modalidades de Extinção 726
8.5 EXCLUSÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 727
8.5.1 Disposições Gerais..... 727
8.5.2 Isenção..... 727
8.5.3 Anistia 727
8.6 GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 728
8.6.1 Disposições Gerais..... 728
8.6.2 Preferências..... 729
9. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 731
9.1 FISCALIZAÇÃO..... 731
9.2 DÍVIDA ATIVA 732
9.3 CERTIDÕES NEGATIVAS..... 732
10. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... 733

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 737
2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS..... 738
2.1 DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS..... 738
2.2 DOS DIREITOS SOCIAIS 741
2.3 DA NACIONALIDADE..... 744
2.4 DOS DIREITOS POLÍTICOS 744
2.5 DOS PARTIDOS POLÍTICOS..... 746
3. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO..... 746
3.1 DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA..... 746
3.2 DA UNIÃO 747
3.3 DOS ESTADOS FEDERADOS..... 751
3.4 DOS MUNICÍPIOS..... 751
3.5 DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS 753
3.5.1 Do Distrito Federal 753
4. DA INTERVENÇÃO 754
5. DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES..... 755
5.1 DO PODER LEGISLATIVO..... 755
5.1.1 Do Congresso Nacional 755
5.1.2 Das Atribuições do Congresso Nacional..... 755
5.1.3 Da Câmara dos Deputados..... 756
5.1.4 Do Senado Federal..... 757
5.1.5 Dos Deputados e dos Senadores 757
5.1.6 Do Processo Legislativo..... 759
5.2 DO PODER EXECUTIVO 764
5.2.1 Do Presidente e do Vice-Presidente da República..... 764
5.2.2 Das Atribuições do Presidente da República..... 764
5.2.3 Da Responsabilidade do Presidente da República..... 765
5.2.4 Dos Ministros de Estado..... 766
5.2.5 Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional 766
5.3 DO PODER JUDICIÁRIO..... 767
5.3.1 Disposições Gerais..... 767
5.3.2 Do Supremo Tribunal Federal 775
5.3.3 Do Superior Tribunal de Justiça..... 779
5.3.4 Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais..... 780
5.3.5 Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho..... 782
5.3.6 Dos Tribunais e Juízes Eleitorais 783
5.3.7 Dos Tribunais e Juízes Militares 783
5.3.8 Dos Tribunais e Juízes dos Estados... 783
6. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA..... 784
6.1 DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... 784

6.2 DA ADVOCACIA PÚBLICA 785
6.3 DA ADVOCACIA 785
6.4 DA DEFENSORIA PÚBLICA 785
7. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 785
7.1 DO ESTADO DE DEFESA E DO ESTADO DE SÍTIO 785
7.1.1 Do Estado de Defesa 785
7.1.2 Do Estado de Sítio 786
8. DAS FINANÇAS PÚBLICAS 787
8.1 NORMAS GERAIS 787
8.2 DOS ORÇAMENTOS 788
9. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 788
9.1 DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA 788
10. DA ORDEM SOCIAL 790
10.1 DISPOSIÇÃO GERAL 790
11. DO MEIO AMBIENTE 790
12. DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO 791
13. DOS ÍNDIOS 792
14. DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS 793

DIREITO PENAL

1. PARTE GERAL 797
1.1 DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL 797
1.2 DO CRIME 798
1.3 DA IMPUTABILIDADE PENAL 804
1.4 DO CONCURSO DE PESSOAS 804
1.5 DAS PENAS 805
1.5.1 Das Penas Privativas de Liberdade ... 805
1.5.2 Das Penas Restritivas de Direitos 806
1.5.3 Da Pena de Multa 808
1.5.4 Da Cominação das Penas 808
1.5.5 Da Aplicação da Pena 809
1.5.6 Da Suspensão Condicional da Pena.. 813
1.6 DO LIVRAMENTO CONDICIONAL 813
1.7 DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO 814
1.8 DA REABILITAÇÃO 815
1.9 DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA 816
1.10 DA AÇÃO PENAL 816
1.11 DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 817
2. PARTE ESPECIAL 819
2.1 DOS CRIMES CONTRA A PESSOA 819
2.1.1 Dos Crimes Contra a Vida 819
2.1.2 Dos Crimes Contra a Honra 820
2.1.3 Dos Crimes Contra a Liberdade Individual 823
2.2 DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 824
2.2.1 Do Furto 824
2.2.2 Do Roubo e da Extorsão 825
2.2.3 Da Apropriação Indébita 827
2.2.4 Do Estelionato e outras Fraudes 828
2.2.5 Da Receptação 829
2.2.6 Disposições Gerais 830
2.3 DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA 831
2.3.1 Dos Crimes Contra o Casamento 831
2.3.2 Dos Crimes Contra o Estado de Filiação 832
2.4 DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 833
2.4.1 Da Moeda Falsa 833
2.4.2 Da Falsidade de Títulos e outros Papéis Públicos 833
2.4.3 Da Falsidade Documental 834
2.5 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 836
2.5.1 Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral 836
2.5.2 Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral 839
2.5.3 Dos Crimes Contra a Administração da Justiça 840
2.6 DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 842
2.6.1 Dos Crimes Contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais 842

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS 845
1.1 DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS 845
1.1.1 Das Normas Fundamentais do Processo civil 845
1.1.2 Da aplicação das normas processuais 845
2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL 846
2.1 DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO 846
2.2 DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 846
2.2.1 Dos Limites da Jurisdição Nacional... 846
2.2.2 Da Cooperação Internacional 847
3. DA COMPETÊNCIA INTERNA 847
3.1 DA COMPETÊNCIA 847
3.1.1 Disposições Gerais 847
3.1.2 Da Modificação da Competência 852
4. DOS SUJEITOS DO PROCESSO 853

4.1 DAS PARTES E DOS PROCURADORES 853
4.1.1 Da Capacidade Processual 853
4.1.2 Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores 855
5. DO LITISCONSÓRCIO 855
6. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 856
6.1 DA ASSISTÊNCIA 856
6.1.1 Disposições Comuns 856
6.1.2 Da Assistência Simples 856
6.1.3 Da Assistência Litisconsorcial 857
6.2 DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE 857
6.3 DO CHAMAMENTO AO PROCESSO 857
6.4 DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 858
6.5 DO *AMICUS CURIAE* 858
7. DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA 858
7.1 DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA 858
7.1.1 Do Intérprete e do Tradutor 859
7.1.2 Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais 859
8. DO MINISTÉRIO PÚBLICO 860
9. DOS ATOS PROCESSUAIS 861
9.1 DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS 861
9.1.1 Da Forma dos Atos Processuais 861
9.2 DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS 863
9.2.1 Do Tempo 863
9.2.2 Do Lugar 864
9.3 DOS PRAZOS 864
9.3.1 Disposições Gerais 864
10. DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS 866
10.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 866
10.2 DA CITAÇÃO 866
10.3 DAS INTIMAÇÕES 870
11. DA TUTELA PROVISÓRIA 871
11.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 871
12. DA TUTELA DE URGÊNCIA 871
12.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 871
12.2 DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE 871
12.3 DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE 872
13. DA TUTELA DA EVIDÊNCIA 873
14. DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO 873
14.1 DA FORMAÇÃO DO PROCESSO 873
14.2 DA SUSPENSÃO DO PROCESSO 873
14.3 DA EXTINÇÃO DO PROCESSO 874
15. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 874
15.1 DO PROCEDIMENTO COMUM 874
15.1.1 Da Petição Inicial 874
15.1.2 Da Contestação 876
15.1.3 Da Reconvenção 877
15.1.4 Da Revelia 878
15.1.5 Do Julgamento Conforme o Estado do Processo 878
15.1.6 Das Provas 879
15.1.7 Da Sentença e da Coisa Julgada 891
15.1.8 Da Liquidação de Sentença 896
15.2 DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA 896
15.2.1 Disposições Gerais 896
15.2.2 Do Cumprimento Provisório da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa 897
15.2.3 Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa 898
15.2.4 Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Prestar Alimentos 900
15.2.5 Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública 901
15.2.6 Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de Não Fazer ou de Entregar Coisa 904
16. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 905
16.1 DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS 905
16.1.1 Disposições Gerais 905
16.1.2 Da Manutenção e da Reintegração de Posse 906
16.1.3 Do Interdito Proibitório 907
16.2 DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES 907
16.2.1 Disposições Gerais 907
16.2.2 Da Demarcação 908
16.2.3 Da Divisão 909
16.3 DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE 911
16.4 DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA 912
16.4.1 Disposições Gerais 912
16.4.2 Da Legitimidade para Requerer o Inventário 912
16.4.3 Do Inventariante e das Primeiras Declarações 912
16.4.4 Das Citações e das Impugnações 914

16.4.5 Da Avaliação e do Cálculo do Imposto 915
16.4.6 Das Colações 916
16.4.7 Do Pagamento das Dívidas 917
16.4.8 Da Partilha 917
16.4.9 Do Arrolamento 919
16.4.10 Disposições Comuns a Todas as Seções 920
16.5 DOS EMBARGOS DE TERCEIRO 921
16.6 DAS AÇÕES DE FAMÍLIA 923
16.7 DA AÇÃO MONITÓRIA 923
16.8 DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL 925
17. DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA 925
17.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 925
17.2 DA NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO 926
17.3 DA ALIENAÇÃO JUDICIAL 927
17.4 DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO 927
17.5 DOS TESTAMENTOS E DOS CODICILOS 928
17.6 DA HERANÇA JACENTE 928
17.7 DOS BENS DOS AUSENTES 930
17.8 DA INTERDIÇÃO 930
17.9 DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA 932
17.10 DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES 933
18. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 933
18.1 DA EXECUÇÃO EM GERAL 933
18.1.1 Disposições Gerais 933
18.1.2 Das Partes 934
18.1.3 Da Competência 935
18.1.4 Dos Requisitos Necessários para Realizar Qualquer Execução 935
18.1.5 Da Responsabilidade Patrimonial 936
19. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO 938
19.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 938
19.2 DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA 940
19.2.1 Da Entrega de Coisa Certa 940
19.2.2 Da Entrega de Coisa Incerta 941
19.3 DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER 941
19.3.1 Da Obrigação de Fazer 941
19.3.2 Da Obrigação de Não Fazer 942
19.4 DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA 942
19.4.1 Disposições Gerais 942
19.4.2 Da Citação do Devedor e do Arresto 942
19.4.3 Da Penhora, do Depósito e da Avaliação 943
19.5 DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS 951
19.5.1 Da Adjudicação 951
19.5.2 Da Alienação 952
19.6 DA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO 957
20. DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA 958
21. DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS 958
22. DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO 958
23. DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 960
23.1 DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 960
23.2 DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO 961
24. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 961
24.1 DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA 961
24.2 DA AÇÃO RESCISÓRIA 962
24.3 DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS 963
25. DOS RECURSOS 964
25.1 DISPOSIÇÕES GERAIS 964
25.2 DA APELAÇÃO 966
25.3 DO AGRAVO DE INSTRUMENTO 967
25.4 DO AGRAVO INTERNO 968
25.5 DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 968
25.6 DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 969
25.6.1 Do Recurso Ordinário 969
25.6.2 Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial 969
26. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 971

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. DIREITO ADMINISTRATIVO 975
1.1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS 975
2. DIREITO ADMINISTRATIVO CONSTITUCIONAL 976
2.1 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 976
2.1.1 Disposições Gerais 976
2.1.2 Dos Servidores Públicos 979
2.2 DA POLÍTICA URBANA 983
2.3 DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA 984
2.4 DA SEGURIDADE SOCIAL 987
2.4.1 Disposições Gerais 987
2.4.2 Da Saúde 987
2.4.3 Da Previdência Social 987
2.4.4 Da Assistência Social 988

3. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 988
3.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 988
3.2 DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 990
3.3 DAS PENAS 993
4. LICITAÇÃO E CONTRATOS – LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021..... 994
4.1 DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI..... 994
4.2 DOS PRINCÍPIOS..... 995
4.3 DAS LICITAÇÕES..... 995
4.3.1 Do Processo Licitatório..... 995
4.3.2 Das Modalidades de Licitação 996
4.3.3 Dos Critérios de Julgamento..... 997
4.3.4 Da Contratação Direta 998
4.3.5 Das Alienações 1000
4.4 DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 1002
4.4.1 Da Formalização dos Contratos.....1002
4.4.2 Das Hipóteses de Extinção dos Contratos 1003
4.4.3 Dos Pagamentos.....1003
4.4.4 Da Nulidade dos Contratos.....1003
5. CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995..... 1004
5.1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1004
5.2 DO SERVIÇO ADEQUADO 1005
5.3 DA LICITAÇÃO..... 1005
5.4 DO CONTRATO DE CONCESSÃO..... 1005
5.5 DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO 1006
5.6 DAS PERMISSÕES.....1007